

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS A.C SIMÕES
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE
EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA**

THOMAS NOAH TYSAJ DA CONCEIÇÃO SILVA

**SABERES DA EXPERIÊNCIA DE UM ESTUDANTE EM TRANSIÇÃO DE
GÊNERO NA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA NARRAÇÃO
AUTOBIOGRÁFICA**

**Maceió/AL
2024**

THOMAS NOAH TYSAJ DA CONCEIÇÃO SILVA

**SABERES DA EXPERIÊNCIA DE UM ESTUDANTE EM TRANSIÇÃO DE
GÊNERO NA FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA: UMA NARRAÇÃO
AUTOBIOGRÁFICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de graduação em Educação Física - Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de licenciado em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Silvan Menezes dos Santos

Maceió
2024

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

S586s Silva, Thomas Noah Tysaj da Conceição.

Saberes da experiência de um estudante em transição de gênero na formação em educação física : uma narração autobiográfica / Thomas Noah Tysaj da Conceição Silva. - 2024.
37 f.

Orientador: Silvan Menezes dos Santos.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Física: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Educação Física e Esporte. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 33-37.

1. Educação física. 2. Homem trans. 3. Formação de professores. I. Título.

CDU: 796 : 371.13

Folha de Aprovação

THOMAS NOAH TYSAJ DA CONCEIÇÃO SILVA

Saberes da experiência de um estudante em Transição de gênero na formação em Educação Física: uma narração autobiográfica

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à banca examinadora do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Alagoas e aprovado em 26 de março de 2024.

Documento assinado digitalmente
 **SILVAN MENEZES DOS SANTOS**
Data: 27/03/2024 12:16:57-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Orientador - Dr. Silvan Menezes dos Santos, Universidade Federal de Alagoas)

Banca examinadora: Documento assinado digitalmente
 **TELMA LOW SILVA JUNQUEIRA**
Data: 27/03/2024 19:54:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Examinadora Externa - Dra. Telma Low Silva Junqueira, Universidade Federal de Alagoas)

Documento assinado digitalmente
 **SORAYA DAYANNA GUIMARAES SANTOS**
Data: 27/03/2024 13:48:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

(Examinadora Interna - Dra. Soraya Dayanna Guimarães Santos, Universidade Federal de Alagoas)

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a todos/as as pessoas Transvestigêneres que lutam e resistem diariamente pelo direito de existir.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família que me apoiou nessa longa e dura jornada de graduação. Agradeço ao M.E e a UJS por me formar politicamente e não questionar minha existência. Ao meu orientador, Prof. Dr. Silvan Santos por topar entrar comigo nessa jornada de estudos e se comprometer mesmo com pouco tempo para sua conclusão. Agradeço ao Prof. Dr. Luiz Rodrigo a quem sempre irei considerar mentor e que muito me incentivou e acreditou no meu potencial durante as dificuldades do meu primeiro projeto. A todos/as deixo registrada minha gratidão.

*As consequências das ações que tomamos
chegam e não necessariamente afetam
apenas o individual, por isso, é importante
sempre pensar no bem comum.*

Thomas N. Tysaj

RESUMO

A partir da necessidade que a Educação Física tem em incorporar e acolher as diversidades corporais e de gênero na formação inicial de professores, desenvolvi esse estudo de formato autobiográfico, trazendo a narrativa da minha vivência enquanto homem Trans durante os sete anos dentro do curso de graduação em Educação Física Licenciatura, a fim de trazer uma reflexão profunda sobre as violências e exclusões que sofri nos espaços educacionais e dentro do Instituto de Educação Física e Esporte da Universidade Federal de Alagoas. Assim, estabeleci como objetivo deste estudo compreender as experiências vividas e os saberes produzidos por um estudante em transição de gênero em um curso de formação de professores em EF da UFAL. Organizei as discussões daquilo que entendi como achados deste estudo nos seguintes tópicos: 1) Formação docente em Educação Física e Transgeneridade; em que trago o fato da não predominância, no curso de Educação Física, da formação política dos professores, o que impacta diretamente nas relações sociais e culturais, tornando ainda mais fraco o debate e o saber lidar com questões de gênero e pessoas Trans; 2) Transição de gênero e sociedade; tema em que reflito sobre os aspectos da transição para além de mim, incluindo também as pessoas ao meu redor nesse processo, e afirmo a importância da escuta ativa das histórias de vidas de pessoas Trans como fontes de informações e saberes; 3) Acessibilidade Sistêmica e Estrutural; no qual destaco a importância da construção de aulas e espaços seguros e acolhedores que permitam a inclusão efetiva de pessoas Trans dentro do curso de EF e do IEF; e 4) Identidade a partir da diáspora; tópico em que resalto os saberes e a formação da minha identidade a partir das narrativas e vivências que tive durante minha graduação em EF. Como caráter conclusivo (ou não) deste trabalho, entendi por necessário produzir mais do que sinalizações, reflexões ou considerações acerca da minha experiência universitária e de formação docente. Compreendi como fundamental manifestar proposições em prol de imediatas revoluções sociais, educacionais e políticas como forma de tornar o mundo um lugar de direito de todas/os, especialmente das pessoas Trans.

Palavras-chave: Trans, formação, política, educação física.

ABSTRACT

From the need that Physical Education has to incorporate and welcome bodily and gender diversities in the initial training of teachers, I developed this study of autobiographical format, bringing the narrative of my experience as a Trans man during the seven years within the undergraduate course in Physical Education in order to bring a deep reflection on the violence and exclusions I suffered in the educational spaces and within the Institute of Physical Education and Sport of the Federal University of Alagoas. Thus, I established as the objective of this study to understand the experiences lived and the knowledge produced by a student in gender transition in a teacher training course in EF at UFAL. I organized the discussions of what I understood as findings of this study on the following topics: 1) Teacher training in Physical Education and Transgenerity; in which I bring the fact of the non-dominance, in the Physical Education course, of the political training of teachers, which directly impacts on social and cultural relations, making the debate and knowing how to deal with gender issues and Trans people even weaker; 2) Transition of gender and society; theme in which I reflect on the aspects of the transition beyond me, also including the people around me in this process, and I affirm the importance of listening Active of the stories of the lives of Trans people as sources of information and knowledge; 3) Systemic and Structural Accessibility; in which I emphasize the importance of the construction of safe and welcoming classes and spaces that allow the effective inclusion of Trans people within the PE and IEFÉ course; and 4) Identity from the diaspora; topic in which I emphasize the knowledge and the formation of my identity from the narratives and experiences I had during my graduation in PE. As a conclusive character (or not) of this work, I understood it necessary to produce more than signs, reflections or considerations about my university experience and teacher training. I understood it as fundamental to express propositions in favor of immediate social, educational and political revolutions as a way to make the world a place of law for all, especially Trans people.

Keywords: trans; training; politics; physical education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CNE	Conselho Nacional de Educação
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
DUA	Desenho Universal de Aprendizagem
PCD	Pessoa Com Deficiência
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
IEFE	Instituto de Educação Física e Esporte
EF	Educação Física
ME	Movimento Estudantil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PERCURSO E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	15
3	NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA	18
4	REFLEXÕES E SABERES DA EXPERIÊNCIA	26
4.1.	Formação Docente em Educação Física e Transgeneridade	26
4.2.	Transição de Gênero e Sociedade	28
4.3.	Acessibilidade Sistêmica e Estrutural	29
4.4.	Identidade a partir da Diáspora	31
5	CONCLUSÃO	33
	MANIFESTO PROPOSITIVO	33
6	REFERÊNCIAS	36
7	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	39

1 INTRODUÇÃO

Partindo de um local de marginalização e poucas oportunidades enquanto homem Transgênero em consonância com minha trajetória política e pessoal, trarei aqui o relato da minha jornada no curso de licenciatura em Educação Física (EF) e no Instituto de Educação Física e Esporte (IEFE). Contextualizo desde o ambiente da sala de aula ao espaço físico fora dela, os acontecimentos e as relações com discentes e docentes, bem como trago aspectos políticos ou despolitizados acerca da formação no curso de EF - licenciatura. Parto do pressuposto de que o curso de EF e o IEFE não possuem políticas de inclusão e permanência para pessoas Transvestigêneres (Transexuais, travestis e não-binárias), podendo, portanto, causar desconfortos e até evasão por parte da/os discentes Trans do curso.

A Universidade Federal de Alagoas instituiu a obrigatoriedade do uso do nome social somente em 2016, conforme a resolução do Consuni nº29/2016. Além disso, em 2020 foi inaugurado o Ambulatório intitulado Espaço Trans no Hospital Universitário Professor Alberto Antunes (Hupaa) no campus de Maceió. Destaco que a UFAL conta também com o Grupo de Estudos e Pesquisas em História, Gênero e Sexualidade (GEPHGS) ligado ao curso de história que realiza atividades que têm o objetivo de historicizar e problematizar a transfobia estruturante presente tanto na Universidade, quanto na sociedade de modo em geral, porém são movimentos assistemáticos. São poucas as informações que são disseminadas acerca do acesso e pesquisas, a política de cotas para pessoas Trans ainda não é uma realidade para os cursos de graduação e os grupos e políticas de apoio e acolhimento para essa população ainda são inexistentes.

É preciso voltar as atenções para questões como essa com celeridade, tendo em vista que serão cada vez mais recorrentes a chegada de diversas manifestações sociais dentro dos cursos superiores e universidades (Pryor, 2015), não sendo diferente no nosso curso e no nosso Instituto. Antes de aprofundar mais na discussão de Transição e minha relação com o curso de EF e o IEFE é necessário trazer alguns conceitos básicos sobre identidade de gênero, expressão de gênero e sexualidade.

A identidade de gênero se caracteriza na concepção individual de que sou homem, sou mulher ou sou um gênero à parte dessas opções. É algo interno. Gênero passa a ser compreendido enquanto a construção social (Reis; Pinho, 2016), e constituinte da identidade dos sujeitos. Por sua vez, segundo Reis e Pinho (2016, p. 10), “a expressão de gênero é a representação física – incorporada – dessa identificação”, ou seja, é a forma como

essas pessoas se mostram em sociedade. Isso difere também de sexualidade, que diz respeito ao sentimento de atração sexual ou emocional por algum/alguns desses gêneros (Princípios de Yogyakarta, 2007), ou seja, quando tratamos sobre identidade de gênero estamos falando também do espectro que envolve a construção social da identidade de cada indivíduo, os quais podem ou não se enquadrar dentro binarismo (homem/mulher) ou fora dele no caso de pessoas não binárias. Ao contrário, a expressão de gênero se refere a como uma determinada pessoa se apresenta em sociedade, se trata de estilo e aparência, podendo ser demonstrado com o uso de vestimentas ditas femininas e/ou masculinas, acessórios etc. A sexualidade, então, diz respeito a atração sexual que podemos entender como heterossexual, bissexual, lésbicas, gay, etc.

Quando trago aqui a discussão política acerca das mais variadas questões sociais, trago também a perspectiva de superação das desigualdades que encontramos no nosso *cistema*¹. Trazer o debate político para o curso de EF é possibilitar a consciência da luta de classes e dar instrumentos de luta para o povo que tanto sofre com o preconceito, o racismo, a marginalidade e o não acesso a serviços e espaços que os pertence. O processo de despolitização apenas contribui com a ideia capitalista de manter um povo alienado e presos em bolhas que os separam totalmente da realidade que nossa sociedade vive. Trazer essa perspectiva para dentro do curso em questão neste trabalho não tem contradição alguma, pelo contrário, por ser um espaço formativo que traz tantas possibilidades de interdisciplinaridade dentro da sala de aula, isso se torna ainda mais importante.

Ao analisar fatores quantitativos de acesso à educação e trabalho por exemplo por pessoas Trans, ficou nítido que a implementação de políticas de ações afirmativas na educação para as Transgeneridades é uma ferramenta importante de reparação dessa operacionalidade, pois a ascensão socioeconômica através da formação superior é um ganho fundamental para essa população, considerando, principalmente, que encontram-se em sua maioria no desemprego ou informalidade, podendo estar inclusive em situação de rua (Todxs, 2020). Esse grupo social sofreu e sofre com o processo de apagamento de sua identidade e expressão de gênero, o que tem mantido, inclusive, estes corpos distantes do ambiente acadêmico. De acordo com a Agência Nacional de Travestis e Transsexuais (ANTRA), em 2022 cerca de 72% das pessoas Trans não concluíram o ensino médio e apenas 0,02%

¹ De acordo com Vergueiro (2015, p.225) “Cistema: uma corruptela de ‘sistema’, com a intenção de denunciar a existência de cissexismo e transfobia no sistema social e institucional dominante”.

estavam no ensino superior. O perfil socioeconômico de estudantes de graduação, onde somente 0,02% das pessoas graduandas se autodeclararam Trans (ANDIFES, 2019), reflete alguns dos problemas de sua participação no mundo do trabalho e na educação formal. Este cenário nos leva a reflexão sobre a importância de políticas como a exemplo da lei de cotas destinada a pessoas Trans, que cumpre um papel importante de inserir e garantir a continuidade destas pessoas na universidade.

Diante dos aspectos apresentados no que tange a vivência de pessoas Trans dentro das universidades e na sociedade como um todo, as diversas formas de apagamento de suas identidades por um sistema cisnormativo e os diferentes modos de agressões sofridas pela população Trans nos espaços acadêmicos e esportivos, este estudo se faz extremamente necessário, a fim de mudar a realidade do IEFÉ e a vivência das múltiplas maneiras de existir dentro do curso de graduação em EF. O curso de Educação Física traz muitas possibilidades de debates, inclusive aprofundados sobre questões importantes para a construção do professor e do indivíduo que vive em sociedade (Nivaldo, 2002). Acompanhar a diversidade que estamos vivenciando nos tempos de hoje e entendê-la de forma que nos torne mais acessíveis e inclusivos, é, para além de importante, necessária. É certo que avançamos acerca de alguns temas e desmistificamos outros, a exemplo do debate acerca do racismo e do feminismo, contudo, a segregação que existe dentro da sociedade e dentro do Instituto de Educação Física e Esporte é real e interfere de forma direta na formação e permanência dos corpos Trans dentro do curso de EF. Com este trabalho proponho reflexões críticas acerca da recepção e permanência de discentes Transgêneros no IEFÉ a partir da minha experiência dentro do curso de Licenciatura em EF. Portanto, me detenho a investigar o seguinte problema de pesquisa: Como o IEFÉ/UFAL contribui para a recepção e permanência de um estudante em Transição de gênero? O objetivo geral desta pesquisa, por conseguinte, foi: Compreender as experiências vividas e os saberes produzidos por um estudante em transição de gênero em um curso de formação de professores em EF da UFAL.

2 PERCURSO E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O método utilizado para esta pesquisa é do tipo autobiográfico, descritivo e de abordagem qualitativa. Santos, Estevam e Martins (2018, p. 47) trazem que “a pesquisa (auto)biográfica pode ser entendida como estratégia de investigação qualitativa, a partir das narrativas das histórias de vida dos grupos humanos, sua leitura de mundo, seus sentimentos, percepções e interações com o contexto social em que estão situados”. Apesar da utilização deste método como estratégia de investigação ser tida como subjetiva, segundo Santos e Garms (2014, p. 4099) as narrativas autobiográficas implicam em uma “[...] forte participação do indivíduo que, por sua vez, se compromete com o processo de reflexão, orientado pelo seu interesse, e que o leva a definir e a compreender seu processo de formação.”

Inspirado nos estudos de Santos, Santos e Dias (2022) e Santana (2017), o tipo de pesquisa autobiográfico se fez pertinente para tratar do tema deste estudo levando em consideração as possibilidades de reflexões acerca de acontecimentos que impactaram diretamente minha jornada e, assim, analisá-los de forma crítica e direta, além de ser um recurso pouco utilizado no âmbito da EF. Ademais, o caráter exploratório da pesquisa autobiográfica nos coloca em um cenário de inúmeras possibilidades de ponderar e adentrar ao mundo das palavras, do saber, da vivência como método direto de investigação científica. Dentro do campo da educação, vejo a autobiografia como instrumento fundamental para o contato entre docente e aluno, entre teoria e prática. Bossle e Molina Neto (2009, p. 133) afirmam que:

Entendemos que essa diversidade de descritores [autobiográficos ou autoetnográficos] representa a possibilidade de aproximação do sujeito que pesquisa em lidar com os próprios impulsos, sentimentos e emoções em relação ao objeto de pesquisa e sua própria cultura.

Além disso, o caráter exploratório da pesquisa autobiográfica proporciona ao indivíduo se relacionar com o coletivo, tendo em vista que em sua narração traz não somente sua marca, mas também sua história, sua cultura, seu próprio ser singular, tornando-se assim uma relação indivíduo-coletivo. Busco através desta metodologia amparar minha escrita, uma vez que, por meio das narrativas dessa trajetória ainda vivida, almejo não só reflexões, como também respostas às indagações que trago.

Ao iniciar a escrita deste trabalho, muito do que relatei foi escrito tempos após já ter acontecido. Nesse processo, em muitos casos me peguei refletindo sobre as situações que vivi, relembrando o lugar, as pessoas, o contexto, trazendo novamente à lembrança a imagem que as palavras me fizeram novamente perceber. Vi-me experimentando. Desde criança tenho gosto pela escrita, pelas palavras e pela sensação que elas me fazem sentir quando as escrevo. Ao escrever aqui situações vivenciadas no início, meio e no fim do curso me propus refletir sobre cada momento. Pude passar em câmera lenta as lembranças e sentir novamente toda dor, alegria, êxtase, pudor etc. Posso agora sentir a experiência deste momento, ao usar as palavras na ordem e formato que preferir para relatar aqueles muitos momentos não experienciados por mim. Segundo Bondía (2002, p. 25), “[...] é incapaz de experiência aquele que se põe, opõe, impõe, ou se propõe, mas não se expõe”.

Anteriormente eu disse que alguns parágrafos eram mais fáceis de escrever que outros, algumas palavras e lembranças podem machucar novamente. Contudo, desde que me propus a fazer um trabalho autobiográfico, decidi que este seria inteiramente real e emocional. Expôr aqui minha vivência é experimentar a felicidade de uma outra pessoa, é experimentar o sentido de toda dor sofrida e do produto que ela se tornou. Bondía (2002, p. 25) continua dizendo que: “É incapaz de experiência aquele em que nada lhe passa, a quem nada lhe acontece, a quem nada lhe sucede, a quem nada o toca, nada lhe chega, nada o afeta, a quem nada o ameaça, a quem nada ocorre.”

Com este trabalho, neste formato metodológico escolhido, procurei também sistematizar, daquilo que é possível da vida ser sistematizado, os saberes advindos a partir da minha experiência. A experiência singular e não por isso romântica, deste homem em transição de gênero dentro de um curso que, infelizmente, ainda é tão conservador. Nesta jornada até este momento em que redijo este trabalho quis eu me deixar passar por essa experiência, essa exposição, passar por esse caminho que pode causar medo, mas que além de tudo, me fez e trouxe a mim, existência. Os saberes que adquiri e desenvolvi nesta experiência foram muitos acerca da graduação em EF, das relações sociais e políticas, mas, sobretudo acerca de mim e da minha relação comigo e com o/a outro/a. São estes saberes da experiência que me invadem e me fazem sentir e manter o amor pela EF e continuar acreditando no potencial de transformação que ela tem nas relações sociais e na vida de pessoas Trans.

É possível perceber que a linha do tempo desta pesquisa se inicia desde meu primeiro contato com a universidade e se estende até a conclusão do curso, perpassando por

momentos presenciais ou não, como a exemplo do período pandêmico da Covid 19. O recorte temporal é de sete anos, a contar do segundo semestre de 2017 quando ingressei no curso de licenciatura em EF. Essa delimitação espacial e temporal se dá na necessidade de fazer um estudo autobiográfico referente a minha vivência enquanto homem Trans dentro do curso e do Instituto de Educação Física e Esporte, sendo explorados e criticamente analisados os momentos em que estive imerso ao curso.

Todas as narrativas aqui trazidas são unicamente com o objetivo de analisar criticamente cada momento vivenciado dentro do curso e do IEFÉ, a fim de contribuir com a recepção e inclusão de outras pessoas Transvestigêneres que possam ingressar no curso. Destaco, que não há nesta produção nenhuma forma de ataque ou ofensa a qualquer discente, docente e/ou técnicos lotados no mesmo Instituto. Todas as situações de desconforto que relatei neste trabalho não cita, não nomeia e não fere a imagem de nenhuma outra pessoa além deste que redige estas palavras. Todos os cuidados éticos foram tomados para que nenhuma pessoa seja identificada e sinta-se diretamente agredida com este trabalho.

As análises que aferi sobre os achados mostram em vários momentos ligação lógica sobre a discussão de temas como gênero em sala de aula e formação política dos indivíduos. Quando falo em formação de professores, inclusão e gênero estou falando da transformação do sujeito na construção do conhecimento. Conhecimento esse que por todo seu contexto se torna político. Ao me colocar como protagonista na transformação do sujeito a partir do processo de reconhecimento e transição enquanto homem Trans, sendo o principal sujeito da experiência ainda vivida, desejo trazer a reflexão quanto à formação e acolhimento social e político de corpos Trans dentro da graduação em Educação Física da Universidade Federal de Alagoas, em especial nos processos formativos humanos, culturais, intelectuais e profissionais nesta área, mas não só nela, bem como neste contexto sócio histórico mais amplo.

Por fim, a partir da narrativa autobiográfica e do destaque a alguns momentos da experiência vivida, organizei as discussões daquilo que entendi como achados deste estudo nos seguintes tópicos que serão apresentados posteriormente: 1) Formação docente em Educação Física e Transgeneridade; 2) Transição de gênero e sociedade; 3) Acessibilidade Sistêmica e Estrutural; 4) Identidade a partir da diáspora.

3 NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA

A minha relação com a Universidade Federal de Alagoas se dá bem antes do início da graduação, quando comecei a frequentar a universidade a partir de um curso de nivelamento (PAESPE Jr) para jovens que estavam nos últimos anos da educação básica. A partir desse momento de entrada na instituição e de me ver fazendo parte de algo dentro dela me trouxe naquele período uma boa esperança de voltar lá como aluno de graduação e integrado de fato a todos os espaços que o Campus me oferecesse.

Foi, assim, que em 2017, ao ingressar no curso de licenciatura em EF me senti vencedor, tendo em vista que fui aluno da rede pública de ensino durante toda a vida, filho de empregada doméstica que sozinha criou três filhos e a expectativa de ingressar numa universidade pública federal referência de ensino fora grande. A partir do momento em que coloquei minha vida naquele curso e naquele espaço comecei a observar o mundo com outros olhos, com uma perspectiva mais social e politizada sobre qualquer assunto.

Minha transição de gênero não se deu no início de ingresso ao curso, mas já nessa fase eu sentia uma necessidade extrema de me envolver em movimentos organizados de lutas, que trouxesse pautas e debates acerca da educação, do coletivo, da formação social e cultural etc. Infelizmente, ao passo em que ia superando as disciplinas e o curso se encaminhando, essa necessidade só aumentava, enquanto o senso político nas aulas diminuía. Isto me gerou, em alguns momentos, a sensação de frustração e/ou de pouco avanço social e político.

Historicamente o curso de EF é visto como um espaço conservador, tendo em seu início um dos principais objetivos a higienização e a formação do preparo físico para guerras. Porém é urgente a corporificação das lutas LGBTfóbicas, antirracista e contra o machismo, considerando a necessidade de reconstrução do Projeto Político Pedagógico do nosso curso, visando uma base reflexiva que ultrapassa o modelo de formação vigente.

Precisamos de uma formação de professores e professoras que reflita nos ambientes de ensino o respeito e a valorização dos corpos negros, dos corpos Trans e das mulheres, pois o curso que temos hoje ainda é pensado apenas para o trabalho, visando principalmente sua atuação em sala de aula.

A partir, principalmente, dessa necessidade, foi que comecei a me aproximar ainda mais dos movimentos sociais e estudantis, vivenciando e participando de debates importantes, inclusive, para um estudante universitário. É importante frisar que a

Universidade Federal de Alagoas é, para além de um ambiente de formação, um espaço público e político importante, que nos pertence e devemos ocupá-lo. As lutas estudantis são extremamente importantes para o avanço que tivemos por exemplo, com o Programa Reuni (Programa de Apoio a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) de 2008, que ampliou vários campi do interior e construiu outros, possibilitando o ingresso de mais jovens nas universidades. Estar inserido de forma organizada no M.E me possibilitou muitas reflexões e avanços na minha formação social e como estudante do curso de Educação Física. Em 2020, com o início da pandemia da Covid-19 e a suspensão das aulas presenciais, essa necessidade política e social ficou ainda mais gritante. Eram muitas as pessoas que teriam diversos problemas, para além da enfermidade de amigos e familiares, para se permanecer na universidade. Eu seria uma delas.

Durante os dois anos iniciais da pandemia em que estivemos isolados e em luto pelas diversas vidas perdidas por um desgoverno federal, eu vivenciei sozinho o questionamento e a aceitação de ser um homem Transgênero. O preconceito, o medo, a insegurança foram sentimentos diários e perturbadores para mim. Um processo que, como eu disse, vivenciei sozinho por dois anos, até que reuni forças para dizer ao mundo quem realmente sou. Este não foi um processo fácil, nem tão pouco efêmero, lutar contra si mesmo e contra seus pensamentos é uma das coisas mais difíceis que vivenciei nos meus 28 anos de vida. O medo da rejeição da família e amigos, as disforias, são horríveis. Mas nada se compara a sua luta interna, quando você chega a pensar que nada mais faz sentido e que o melhor seria o fim da sua vida. Pensar que você está louco ou que de alguma forma algo está errado com você, lutar contra seu próprio preconceito em razão de uma sociedade cisnormativa. Esses dois anos, em que diariamente eu sentia todas essas angústias agregadas às dores de uma pandemia, que cada dia mais matava pessoas no mundo inteiro, foram os piores anos de toda a minha vida.

Trago esse relato que considero importante, pois ao voltar para o espaço do IEFE como um homem não tive um acolhimento adequado pela coordenação do curso, corpo docente etc. Questões emocionais e psicológicas nunca foram trazidas até mim pelo corpo que compõe o Instituto. Apenas algumas pessoas se mostraram interessadas e preocupadas até certo ponto. É importante falar, pois isso diz muito da forma com que os professores, técnicos e discentes se organizam para acolher as diversas formas de expressão e de ser que podem adentrar o curso de EF.

Para além de essas ações demonstrarem a falta de preparo para receber pessoas Trans dentro do Instituto de Educação Física e Esporte, mostram também o currículo despreparado e despolitizado do curso de licenciatura em Educação Física. Como salienta Louro (2003, p. 64):

[...] o currículo, as disciplinas, as normas regimentais, as formas de avaliação, os materiais didáticos, a linguagem, constituem-se em instâncias que refletem e produzem as desigualdades de gênero, de raça, de classe etc. e podem incentivar o preconceito, a discriminação, o sexismo.

Quando retornei ao IEFE como um homem, um dos primeiros impactos que sofri foi com relação ao sistema da universidade, o qual demorou até que todos os sites tivessem meu nome social e, logo depois da retificação, o nome e gênero atualizados. Precisei entrar em contato com o Núcleo de Tecnologia e Informação (NTI) inúmeras vezes relatando a problemática que nunca era resolvida de imediato. Por algum tempo tive que continuar utilizando o e-mail institucional com o nome antigo, que ainda não havia sido atualizado, além do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa), o último a atualizar as informações necessárias. Além disso, levou um tempo dentro da sala de aula até os professores se referirem a mim pelo pronome masculino ou nome correto, geralmente trazendo à tona o nome morto. Situações como essas acabam sendo desconfortáveis e constrangedoras, uma vez que outras pessoas ficam sem entender a situação ou até mesmo julgando a “masculinidade” de forma equivocada.

Nossa sociedade vem de uma construção social arraigada de estigmas e preconceitos e é dever de cada um, da universidade e do nosso curso trabalhar questões como estas para que ações misóginas, racistas e machistas não sejam reproduzidas. A Constituição Brasileira de 1988, no seu artigo 227, prevê o dever do Estado, família e sociedade assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, o direito à educação, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência social, bem como proteger contra toda forma de discriminação, violência, e opressão com absoluta prioridade (Brasil, 1988). Com isso, é importante entender o papel de responsabilidade que cada indivíduo tem dentro da sociedade para cooperar com o acesso à educação e segurança para pessoas Trans.

Pensar em desistir do curso por fatores como o preconceito, a exclusão e até mesmo a vulnerabilidade social me percorreu pela cabeça várias vezes, mas nunca foi de fato uma opção. Quando vimos de uma família pobre, preta, periférica e somos LGBT a única

opção realmente válida é a de lutar e vencer. É preciso sempre estar um passo à frente. É necessário sempre fazer o melhor para que seus comportamentos e até mesmo sua existência não sejam questionados. O medo de se colocar no mundo como homem Trans é recorrente e isso não acontece sem explicação. O Brasil figura como o que mais mata pessoas Trans no mundo, por consecutivos 14 anos, conforme o dossiê de violências e assassinatos de 2020 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). De acordo com Meneses e Mesquita (2023) é necessário abordar e produzir estudos acerca da formação profissional dessa população que pode subsidiar a socialização nos espaços da universidade.

O papel do curso de EF não deve ser o de formar visando apenas para o trabalho, mas, para além disso, deve ser concebido para a formação social e cultural da criança, jovem ou adulto.

A identidade do professor como profissional do ensino, tal como foi definida, constrói-se como parte de um projeto de sociedade que se fundamenta na concepção histórico social e tem como paradigma educacional as relações entre cultura, sociedade e educação.

Esse paradigma leva em conta as transformações sociais, das forças produtivas e do mundo do trabalho, transformações que, dialeticamente, provocam mudanças no papel social do professor (ANPED, 2001).

Dentro do Movimento Estudantil (M.E) além de apoio encontrei um espaço de formação política que me fez entender e perceber várias formas de preconceito que são muitas vezes travestidos de brincadeira e preconceitos estruturais, recorrentemente reproduzidos sem a menor consciência de quem os deflagra. Em outros casos, é possível perceber o quanto nosso sistema está em todas as instâncias tentando diminuir ou até mesmo apagar as lutas e os anseios destas populações que vivem à margem da sociedade. A importância que eu atribuo a essas lutas pode parecer de alguma forma maximizada, porém, entender as motivações e os anseios de cada pessoa que levanta uma bandeira e vai à luta em sua defesa é necessário para conseguir acompanhar o raciocínio dessa importância.

Aristóteles já dizia que “**O homem é por natureza um animal político**” e eu não discordo, contudo, Le Breton (2007, p. 09) trouxe também que “**não há nada de natural no gesto**”. No que concerne ao meu entendimento, o homem é também um ser político por necessidade e por sede de justiça. A política está em tudo que fazemos e utilizamos, mas ela também está dentro de nós, nos sentimentos, emoções etc. Quando pensamos, então, em um curso de graduação dentro de uma universidade federal, isso precisa sim ser maximizado e pensado de forma ainda mais aprofundada. É neste espaço que muitas vezes pessoas

começam a ter consciência de classe, então passar por um curso e não ter esse trabalho feito, dado sua importância, é desestimulante e triste do ponto de vista da formação social e coletiva.

Ao se comparar com as diferentes concepções de corpo, compreende-se que o corpo não deve ser concebido como uma realidade anatomofisiológica, mecânica, mas como "[...] uma estrutura simbólica, superfície de projeção passível de unir as mais variadas formas culturais" (Le Breton, 2007, p. 28-29).

Recordo-me de algumas situações que vivenciei dentro do IEFE durante minha transição, quando não possuía passabilidade² alguma. Certo dia eu estava em uma aula da disciplina de Psicologia do Exercício e senti muita vontade de ir ao banheiro. Depois de pensar em ir ou não ir, tomei coragem e fui ao banheiro masculino. Lembro de como me senti acuado com o olhar dos colegas que estavam lá, olhando como se fosse uma aberração, ou como um questionamento de porque eu estava no banheiro “errado”. Senti como se estivesse sendo de certa forma agredido, pois o olhar das pessoas e o julgamento delas também nos dói. Neste dia a aula tratava sobre ansiedade e depressão.

Num outro momento, também estava assistindo aula de uma outra disciplina e precisei ir ao banheiro, dessa vez já estava nervoso só de pensar em entrar e me deparar novamente com aqueles olhares, então eu pensei e optei por ir desta vez ao feminino, sabendo que aquele não era o meu espaço e eu não deveria me colocar naquela situação. Mesmo assim, decidi ir pensando no que havia acontecido no banheiro masculino. Ao chegar lá tinha apenas uma garota e parece que a sensação foi ainda pior. Ela parecia me olhar com um certo medo, além da repulsa por eu ser um homem Transgênero que ainda estava nessa fase de adaptação. Isso tudo aconteceu muito rápido, apenas um olhar e parece que aqueles 30 segundos ficaram em câmera lenta e se tornaram 3 horas. Por muito tempo, após essas experiências, eu não fui mais ao banheiro do IEFE, pensava que de alguma forma não estava seguro e pensava novamente na questão da passabilidade. Pensei: “Quando esse dia chegar eu irei sem medo a qualquer banheiro, mas até lá, em alguns casos eu irei em outros blocos mais próximos para usar o banheiro ou simplesmente me segurar até que encerrassem as aulas e eu chegasse em casa”.

² Essa expressão se refere ao quanto uma pessoa transgênero se aproxima dos estereótipos estéticos atribuídos ao gênero com o qual ela se identifica. Ou seja, quanto mais próximo da cisgeneridade mais passabilidade essa pessoa tem. A passabilidade não é uma discussão que será aprofundada nesta pesquisa, sendo mencionada apenas como apoio para exemplificar o “passar por”.

Essas situações que narrei anteriormente não me fizeram desistir do curso, não me fizeram desistir de ser professor ou, sequer, me fizeram desistir do meu amor e esperança pelo povo. Mas me fizeram naquele momento desistir da disciplina. Reprovei por falta todos os semestres subsequentes porque não queria passar por situações parecidas no IEFE ou em qualquer outro curso que pudesse pagar disciplinas remanescentes. Então me matriculava para manter o vínculo e não comparecia às aulas, isso com certeza me trouxe e trará consequências negativas à minha formação e ao meu currículo.

A transfobia e o preconceito com os corpos Trans é recorrente, seja nos espaços públicos, institucionais, ou até mesmo dentro de casa. Me colocar na posição de utilizar um espaço que não me encaixo, como no caso do banheiro feminino, pensar que deveria evitar de alguma forma aqueles olhares novamente, é sem dúvida alguma, Transfobia. Às vezes temos dificuldade em perceber que isso acontece. Muita coisa no início acaba sendo nova para nós também, mas não deixa de ser transfobia porque não percebemos no momento. Foram diversas as vezes em que fiquei constrangido quando me chamavam pelo nome morto, pronome feminino ou até mesmo por um e-mail ao qual não tinham atualizado o nome. Todos estes momentos, todas estas situações contribuem para a evasão dos corpos Trans da universidade. Cada uma destas atitudes contribui para as estatísticas de suicídios por pessoas Trans. Cada uma dessas atitudes é um comportamento preconceituoso e transfóbico.

Nessa minha fase pelo IEFE eu já estava com poucas disciplinas matriculadas, apenas para manter vínculo, mas me recordo de algumas vezes ser chamado pelo nome morto durante as aulas quando o professor queria se referir a mim para trazer um exemplo ou algo do tipo. Naquelas situações eu sempre corrigia e pensava “a transição não está acontecendo só comigo” e, de fato, todo/as precisam de um tempo para se adaptarem. A questão é o acolhimento, é a forma como se fala e se reage a uma determinada situação. Nesse caso, de ser chamado pelo pronome feminino por um professor eu me senti mal, constrangido e corrigi, mas nesse caso específico eu percebi que era apenas ele passando também por um processo de (re)adaptação, foi mais o hábito a que estava inserido. Tanto que depois não se repetiu. Todavia, é preciso ficar em alerta, afinal de contas não sou eu, não somos nós, pessoas transgêneros que temos que nos adequar aos espaços, costumes, normas etc. O IEFE, a UFAL, o curso de Educação Física e os demais cursos desta instituição e os corpos que a compõem devem não apenas se adequar, mas se responsabilizar pela educação, acolhimento e bem-estar destes corpos dentro dos espaços acadêmicos.

Nessa reta final do curso de licenciatura em Educação Física, onde meus colegas de turma já se formaram e saíram de dentro do IEFE, eu volto ao instituto para concluir minhas atividades discentes como a exemplo deste trabalho que escrevo agora, de certa forma “atrasado”. Concluí toda minha grade curricular dentro do padrão, mas minhas necessidades políticas, de militância e de ação dentro do Movimento Estudantil me fizeram em alguns momentos não priorizar esse fechamento de ciclo. Por isso, quando entro no IEFE hoje, com alunos novos, com professores que me olham e não me reconhecem mais, com apenas uma ou outra pessoa que lá dentro me cumprimenta de forma saudosa, me sinto um completo estranho. Sinto como se nunca tivesse feito parte daquele lugar, ou como se ele nunca tivesse feito parte da minha vida. Somos estranhos um para o outro, para o ambiente físico, para o curso, para as pessoas etc.

Apesar de um estranho, quando retorno aos espaços do IEFE hoje, volto mais firme, mais seguro de mim. A tal passabilidade que outrora não fazia parte do meu cotidiano, por vezes me ajuda atualmente. Não que eu a tenha cem por cento, mas o pouco que possuo me faz às vezes entrar e sair de um local como um ser invisível, ou apenas como um homem. Uma certeza eu tenho, sendo um estranho ou não, o IEFE, os professores e professoras que tive, meus colegas de turma, os olhares transfóbicos e todas as situações felizes e tristes que passei lá dentro vão me acompanhar para sempre. Foram situações que me moldaram e a resiliência não me cabe, levarei os aprendizados que tive e usarei cada um deles em todas as situações que forem necessárias. Lembrarei sempre com um olhar doce para o curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Alagoas.

Como já dito anteriormente, a falta de acolhimento no IEFE e as ocasiões de transfobia me fizeram aos poucos abandonar as disciplinas que vinha me matriculando e conseqüentemente não frequentar mais o Instituto. Foi principalmente nesse momento que tive apoio político no M.E, me vi tendo funções e cargos em que precisava cumprir atividades em outros estados, viajar outros municípios de Alagoas visitando universidade e faculdades, até que fui nomeado Diretor Estadual da União Nacional dos Estudantes (Entidade de maior representação estudantil de nível superior do nosso país). Todas essas lutas e ocupações me formaram enquanto professor também, me fizeram perceber a importância da política na Educação Física escolar e em todos os âmbitos. E, claro, me formaram e ainda me formam politicamente.

Esse foi também um dos motivos da minha mudança no estudo para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Não foi o único, mas as circunstâncias durante minha

caminhada me levaram a esse atual tema, a essa atual abordagem auto narrativa. Inicialmente em uma pesquisa quantitativa de formato transversal eu iria fazer uma abordagem comparativa dos níveis de atividade física em crianças e adolescentes surdos comparado a seus pares ouvintes. Eu tinha em mente fazer esse trabalho desde o início do curso. Quando o professor Luiz Rodrigo chegou ao IEFÉ, eu já sabia quem iria me orientar. Então foi assim, sob a orientação dele que conduzimos a pesquisa até a aprovação no Comitê de Ética da UFAL. Surgiram alguns problemas pós pandemia com o público-alvo que evadiu de forma considerável das escolas e dificultou a coleta de dados. Passamos mais de um ano vendo formas e adaptações para que o estudo não fosse perdido, tendo em vista também sua importância. Depois, meu então orientador e eu começamos a trabalhar com o projeto de Exergames, o qual não consegui me adaptar.

Enfim, minhas possibilidades para o campo da licenciatura em Educação Física foram diminuindo ao passo em que eu me aprofundava nos temas mais sociais, e com muito cuidado e sabedoria Luiz Rodrigo me encaminhou para meu novo orientador, o professor Silvan Menezes dos Santos com o qual agora dou andamento a esse TCC no formato de autobiografia, o que me deixa muito feliz, apesar de ser algo novo, ao qual nunca tinha experimentado fazer antes. Escrever sempre foi uma válvula de escape para mim. Trazer aqui os meus conhecimentos, minha vivência enquanto homem Trans dentro do curso e dentro do IEFÉ, falar politicamente das disciplinas e do curso de EF da UFAL caiu no meu colo como um presente. É um formato novo, totalmente diferente da minha primeira pesquisa, diria que é desafiador, mas tão importante quanto e espero que possa contribuir para uma vivência positiva de outras pessoas Trans que adentrem as portas do Instituto de Educação Física e Esporte. Além disso, desta forma sou protagonista e pesquisador de minha própria história.

4 REFLEXÕES E SABERES DA EXPERIÊNCIA

Neste capítulo apresento aquilo que considere como achados desta pesquisa. Organizados em forma de reflexões e saberes, são atravessamentos resultantes da experiência (Bondía, 2002) sentida, vivida, tocada e doída ao longo dos sete anos dentro do IEFE/UFAL. Eles estão dispostos, conforme anunciado anteriormente, em quatro tópicos de reflexões. São eles: 1) Formação Docente em Educação Física e Transgeneridade; 2) Transição de gênero e sociedade; 3) Acessibilidade sistêmica e estrutural; e 4) Identidade a partir da diáspora.

4.1. Formação Docente em Educação Física e Transgeneridade

O sistema político que vivenciamos nos dias de hoje contribui consideravelmente para os problemas aqui supracitados. Quando tratamos do tema formação de professores não é diferente. Ela é um processo que na maioria das vezes se entende na preparação do indivíduo para o trabalho, ligado a um sistema de exigências e necessidades de resolução de problemas que ele pode demandar. Mesmo com tantas entidades educacionais, sindicais, estudantis e partidos políticos que lutam em defesa da educação pública emancipatória com um sonho de construir um projeto educacional com uma qualidade pedagógica social para o bem comum, ainda não alcançamos o modelo ideal. Ao contrário desses sonhos, na vida real a educação é um produto do sistema capitalista submisso e dependente do financiamento de outros países, chamados desenvolvidos. Com essa base e uma política neoliberal torna-se ainda mais exponencial o impacto na educação e formação de professores.

A educação física configura-se como um lugar onde sistematiza, acumula, reflete, reorganiza e transforma saberes junto e/ou decorrentes da cultura corporal referenciando, como núcleo epistêmico, o conhecimento do corpo em suas várias dimensões e inter-relações com a ciência, a cultura e a sociedade (Nivaldo, 2002, p. 127).

Contudo, é fato a não predominância, no curso de Educação Física, a formação política dos professores, o que impacta diretamente nas relações sociais e culturais, tornando ainda mais fraco o debate e o saber lidar com questões de gênero e pessoas Trans. Deivide (2020, p. 95) traz que:

[...] quando valores conservadores buscam interditar a abordagem do Gênero nas diferentes esferas, incluindo a Educação, atendendo aos interesses de apenas uma

parcela da sociedade; a instituição escolar precisa resistir e lutar pela construção de valores emancipadores.

Fechar os olhos para tal afirmação seria um desserviço com a EF e toda população LGBT+, com recorte especial ao segmento T (Transgênero e travestis) e sua educação. O autor continua a reflexão:

[...] o potencial da EF escolar para o ensino numa ótica que problematize as relações de gênero, desconstrua binarismos e combata preconceitos. A EF escolar lida com corpos em movimento e com o ensino de conteúdos socialmente generificados, ou seja, tratados como masculinos ou femininos, gerando práticas de resistência, exclusão e violência pelos/as discentes (Devide, 2020, p. 96).

A partir das reflexões dos autores citados acima, cabe a nós pensar sobre a formação em Licenciatura em EF e a intervenção pedagógica nas escolas, colaborando para o combate à violência e discriminação por homofobia e transfobia.

Nesse quesito da relevância de uma atuação em Educação Física escolar sensível, atenta e engajada às questões de gênero, de modo geral, e no que é o foco deste trabalho, nas questões da Transgeneridade, ressalto a necessidade de um curso de formação docente e de uma unidade acadêmica de formação em Educação Física, tal qual o IEFE e a sua licenciatura, adequados politicamente a este tempo e realidade do fenômeno aqui estudado. Por exemplo, como citado anteriormente na narrativa, é problemático viver e ser professor em formação inicial em um contexto estrutural pouco ou nada acessível para um estudante em transição de gênero. Como visto, é um obstáculo social, político e pedagógico se formar docente em EF em um sistema cisnormativo, onde as relações professor-aluno são sistematicamente binárias, excludentes e conservadoras de um modo de ser e estar no mundo.

Em julho de 2015 foi aprovada a Resolução CNE/CP nº 02/2015 que trazia a obrigatoriedade de tratar questões de gênero e outros temas nos cursos de licenciatura. Entretanto, quatro anos depois, em dezembro de 2019 a CNE/CP nº 02/2019 foi aprovada trazendo não mais essa obrigatoriedade. A questão é, uma lei não necessariamente garante que o tema seja trazido à tona pelos professores, porém garante mais igualdade e segurança. Por outro lado, os/as professoras não dependem de determinada resolução para trazer questões de gênero na formação inicial em EF.

Quando eu me formar, assim como meus colegas de graduação, e formos atuar nas escolas, clubes, etc. iremos nos deparar com uma diversidade imensa de pessoas lá fora, dentro do espectro que é gênero, e precisamos estar prontos/as para lidar com as mais

diversas situações. Alguns docentes podem trazer mais que outros a discussão em algum momento específico, ou talvez se algum aluno falar sobre algo dentro da sala de aula, a questão é que isso não é aprofundado, não é uma aula planejada. Não estou dizendo que a aula deve ser dada por algum professor especialista na área, não precisa ser, mesmo porque são escassos os estudos sobre gênero na formação inicial em Educação Física (Ramalho et al., 2022). A EF trata de práticas corporais, é necessário ver isso por uma percepção política.

Historicamente o padrão cisnormativo, heteronormativo e binário silenciam e apagam as identidades de gênero que vão além do ser homem e mulher. As desigualdades de gênero são construídas nas percepções sociais e políticas que as pessoas constroem de si e dos outros, as quais vão se naturalizando como normais e, portanto, aceitas ou o seu contrário (Butler, 2019). Nóvoa (1992, p. 4) traz que “Mais do que um lugar de aquisição de técnicas e de conhecimentos, a formação de professores é o momento chave da socialização e da configuração profissional.” Embasado nessas perspectivas vejo como papel fundamental do docente a formação mínima e preparação para tratar não apenas os conteúdos dentro de suas temáticas em sala de aula, mas para que saibam agir e tratar com a diversidade dos corpos Trans dentro do curso de graduação em EF.

4.2. **Transição de Gênero e Sociedade**

Quando iniciei minha transição de gênero entendi que não só eu, mas todos/as ao meu redor também entraram em transição. Isso inclui minha família, amigos e professores. Ao compreender esse movimento conjunto de transição foi necessário que eu percebesse o limite entre o processo de cada pessoa e a transfobia. É uma linha tênue, devo dizer. É importante frisar que a construção da identidade de gênero não ocorre de maneira rápida e simples, entendendo que esse processo requer tempo e que ocorre de maneira ininterrupta.

Medeiros et al., (2023) falam sobre as problemáticas e discussões dos aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de transição de gênero. As dificuldades de acesso à educação, relações familiares e lutas sociais.

[...] a discriminação e preconceito que as pessoas Trans sofrem são causadores de grandes dificuldades na vida desses indivíduos, em todos os espaços de convivência, e não seria diferente nos espaços de educação, sendo, inclusive, incomum a cena de um Trans que concluiu o ensino superior (Medeiros et al., 2023, p. 147).

A transição individual e coletiva, por outro lado, mostra também a importância das histórias de vidas de pessoas Trans como fontes de informações, conhecimentos e saberes. Como um homem transgênero, uso esse espaço para ser ouvido e dar voz. Entender que os corpos Trans necessitam ser acolhidos/as e não marginalizados/as no espaço em que pretendem dar início às suas carreiras profissionais pode ajudar a tornar esse processo mais prazeroso e decente. Falar sobre o que senti durante minha jornada no curso e dentro da Universidade nem sempre é fácil, em parte isso ocorre também, porque ao passo que narro minha trajetória, sinto como se cada leitor me lesse nu quando falo sobre o processo de transição para o nome social, transição hormonal e todas as vezes que fui discriminado e/ou tive minha masculinidade questionada.

O processo de escuta ativa aos alunos Trans dentro do curso deve ser colocado em prática, evitando alguns desconfortos para os estudantes e até mesmo para os professores. Algumas ações pequenas podem ser significativas na vida de um estudante transgênero. Em um estudo realizado na Universidade Estadual de São Paulo, Viana et al. (2022, p. 6) apresenta que “O uso do nome social foi apontado pelos estudantes como uma possibilidade de reconhecimento da sua identidade de gênero e exercício da cidadania.” Além disso, trazer à tona a discussão pode facilitar a empatia e evitar ações preconceituosas por parte dos colegas de turma cisgêneros.

Outra forma de evitar constrangimentos é contornar o sistema de chamadas, permitindo que os alunos se identifiquem com seus nomes e pronomes tornando uma prática mais inclusiva (Pryor, 2015). Muitas vezes o momento de confirmar a presença dos alunos em sala de aula é um motivo de estresse e constrangimento para pessoas que fazem uso do nome social. Evitar o formato convencional de frequências pode contribuir para a permanência de discentes transgêneros dentro do curso.

4.3. **Acessibilidade Sistêmica e Estrutural**

Quando se fala sobre acessibilidade e inclusão muitas pessoas associam diretamente a pessoas com deficiência (PCD), contudo, de acordo com Sasaki (2009) inclusão é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, **gênero**, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.

No meu quinto período do curso de Educação Física, eu tive uma disciplina chamada “Metodologia do ensino das atividades físicas adaptadas” em que estudávamos principalmente a acessibilidade e a inclusão de PCD’S nas aulas de Educação Física. Foi a primeira vez em que eu ouvi falar do Desenho Universal de Aprendizagem (DUA). Facilmente a professora na época poderia tratar questões de gênero nessa disciplina. Quando pensamos em um DUA temos que conseguir pensá-lo para todos/as, sem exceção. Precisamos construir caminhos de equidade e inclusão em conjunto com essas pessoas, ao contrário disso, não estamos falando de um Desenho Universal de Aprendizagem. Isso vale para os espaços físicos. Quando falamos sobre acessibilidade estrutural, sobre acesso aos banheiros, por exemplo, pessoas Trans precisam se sentir seguras e confortáveis dentro dos espaços que estão, isso inclui principalmente o local de estudo. Sasaki (2009) traz que acessibilidade arquitetônica se refere ao acesso fácil e livre aos espaços físicos de locais públicos ou privados, sejam eles de trabalho, lazer ou educação, bem como a realização de adaptações que proporcionem condições de utilização desses ambientes por todas as pessoas.

Sendo o banheiro território de segregação entre os sexos masculino (homem heterossexual) e feminino (mulher heterossexual), tal arranjo na atualidade entra em crise na medida em que outras formas de homens e mulheres são excluídas. [...] Proibir alguém de usar um banheiro em função de sua sexualidade é algo absurdo, pois o que está em jogo não é uma afirmação sexual, mas uma necessidade do corpo vital que quando não consumada pode causar problemas de saúde grave (Andrade, 2015, p. 160; 163).

Eu não me senti confortável no banheiro do IEFE. Eu não me senti incluso nas aulas após iniciar minha Transição. Eu não me senti pertencente ao curso de EF. Isso aconteceu porque as pessoas ao meu redor não sabiam lidar com a diversidade de um corpo Trans naquele espaço. Alves (2015) mostra a realidade de imposição constante de meninas e mulheres travestis para exercer o direito de utilizar o banheiro conforme sua identidade de gênero no ambiente escolar.

Construir um espaço seguro, acolhedor e permitir a inclusão das pessoas Transvestigêneres dentro do IEFE é algo que precisa ser feito em conjunto, dialogando principalmente com e para quem mais interessa as mudanças. Isso é também ter empatia e ser politicamente consciente das necessidades e singularidades de cada corpo. Sasaki (2009, p. 06) traz a dimensão atitudinal no campo da educação como necessidade de:

Realização de atividades de sensibilização e conscientização, promovidas dentro e fora da escola a fim de eliminar preconceitos, estigmas e estereótipos, e estimular a

convivência com alunos que tenham as mais diversas características atípicas (deficiência, síndrome, etnia, condição social etc.) para que todos aprendam a evitar comportamentos discriminatórios.

A referência a esta dimensão das atitudes manifesta o entendimento de que não adianta também construir acessos arquitetônicos e sistêmicos sem a mudança das práticas sociais cotidianas. Portanto, as reflexões e saberes acerca desta acessibilidade a qual me refiro tratam-se, sobretudo, de uma ampliação, sensibilização e conscientização para a inclusão, participação, acolhimento e efetivo exercício da cidadania, neste caso em tela, de pessoas Trans.

4.4. **Identidade a partir da Diáspora**

Falar de identidade a partir da diáspora não é uma tarefa fácil. Vi-me completamente submerso nesse tema que tive dificuldade em colocar em palavras. Partamos então da concepção de diáspora por Hall (2003), a qual implica na dispersão de pessoas motivada por problemas identitários, políticos, econômicos e naturais dos locais de origem. Os caminhos que percorri dentro do curso de EF e no IEFE foram modificados após o início da transição de gênero. Não à toa levei sete anos para concluir um curso de quatro anos. Compreendo a diáspora como um conceito que pode ser expressivo, amplo e inclusivo, sendo aberto aos diferentes tempos e às diversidades de corpo e cultura, podendo moldar e ser moldada de acordo com as relações.

Sob a ideia-chave da diáspora nós poderemos então ver não a raça, e sim formas geopolíticas e geoculturais de vida que são resultantes da interação entre sistemas comunicativos e contextos que elas não só incorporam, mas também modificam e transcendem (Gilroy, 2001, p. 25).

Conforme a narração por mim dada às situações que vivenciei dentro do IEFE, me desloquei do caminho que vinha traçando para outro completamente diferente ao passo em que fui vivenciando situações de exclusão e transfobia. Construí então minha identidade a partir desta diáspora de espaços físicos e de relações sociais. Construí e me formei como futuro professor de Educação Física, como ser social e ser político dentro de uma sociedade cisnormativa arraigada de estereótipos. Trazendo a discussão de diáspora para o gênero, Meneses e Ennes (2023, p. 81) trazem a ideia de “diáspora Trans”:

[...] interpretando o masculino e o feminino como territórios fluidos e passíveis de trânsito em um processo de interdependência com a migração da terra natal para outros lugares. [...] refere-se a um movimento identitário e espaço-temporal.

Os saberes advindos a partir das reflexões sobre minha mudança de trabalho de conclusão de curso, minha aproximação do M.E, minha necessidade política de estudo e discussões sociais e a escrita deste trabalho formaram não apenas uma nova identidade, a que possuo hoje. Essas dispersões e mudanças me fizeram compreender o papel importante de cada indivíduo em sociedade e como não só suas escolhas e caminhos, mas também as ações externas a ele podem interferir na sua linha de chegada. O conceito de diáspora aqui colocado pode nos gerar crises e dores, mas também pode gerar empatia e solidariedade.

5 CONCLUSÃO

Este estudo teve como intuito compreender as experiências vividas e os saberes produzidos por um estudante em transição de gênero em um curso de formação de professores em EF da UFAL, pretendendo analisar e promover conhecimento sobre a temática, não sendo o objetivo a generalização de experiências de vida da comunidade Trans. Partindo dos quatro tópicos de reflexão aqui apresentados, perpassando pelos saberes advindos da minha experiência enquanto homem Transgênero dentro do curso de EF até a formação de minha identidade a partir da diáspora, vejo este trabalho em seu formato metodológico de suma importância para a área e para essa temática. A autobiografia nos propõe buscar estratégias para nos apropriarmos dos debates de gênero e das diversas formas de ser e estar no mundo. É necessário afirmar que esta pesquisa possui limites teórico-metodológicos de estudo e que lacunas podem ser preenchidas com estudos posteriores trazendo o debate não apenas sobre desigualdade de gênero, mas aproximando essa temática das discussões de classe, raça, orientação sexual etc. de forma que seja possível construir caminhos e práticas pedagógicas que possibilitem a inclusão de todas as pessoas.

Finalmente, como caráter conclusivo (ou não) deste trabalho, entendi por necessário produzir mais do que sinalizações, reflexões ou considerações acerca da minha experiência universitária e de formação docente. Compreendi como fundamental manifestar proposições em prol de imediatas revoluções sociais, educacionais e políticas como forma de tornar o mundo um lugar de direito de todas/os, especialmente das pessoas Trans. Apresento, então, um manifesto propositivo como desdobramento deste trabalho.

MANIFESTO PROPOSITIVO

Sejam jovens, adultos ou crianças. Nas ruas, em suas casas, nas escolas e universidades e trabalhos. Sejam em corpos negros ou brancos, seja de religião cristã ou povos de terreiro, a Transgeneridade está **presente**. Somos milhões de pessoas que vivem e resistem porque almejam num futuro a felicidade, o direito legal de existir como somos sem que sejamos feridos. Mesmo numa sociedade cisnormativa, capitalista que apenas nos oferece a exploração e desigualdade, ainda assim, não seremos calados.

Para os corpos Trans o que oferecem são as ruas, a individualidade, a exclusão social, a prostituição, a marginalização. A insegurança e o medo de ser mais um nas estatísticas não nos pertence, queremos cidades, estados, escolas, universidades sem

discriminação, queremos acesso e permanência de qualidade e respeito livre de visões conservadoras e opressoras. Os corpos Trans têm uma fictícia liberdade, onde nos perseguem, nos reprimem. Muitos são mortos, outros tiram sua própria vida por não suportar a angústia de não poder ser quem é. Não nascemos para o silêncio ou repressão, lutaremos arduamente todos os dias para que essa triste realidade se transforme em sorrisos no rosto de todas as pessoas Transvestigêneres.

Tenho a força e coragem para manifestar minha indignação com esse ‘cistema’ falho que me olha com ódio e desprezo, que para mim e para pessoas como eu educação, saúde, segurança e emprego não são prioridades. Pois é contra isso, contra toda forma de apagamento de nossos corpos e histórias que lutarei e levantarei meu punho cerrado e com uma grande força gritarei, RESISTÊNCIA!

Não me vencerá o medo, pois o amor que carrego em mim pelo povo é bem mais perigoso.

6 REFERÊNCIAS

ALVES, C. E. R.; MOREIRA, M. I. C. Do uso do nome social ao uso do banheiro: (Trans) subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 59, 2015.

ANDRADE, L. N. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. **Programa de Pós Graduação em Educação**. Fortaleza, 2015.

ANTRA. Nota da Antra sobre cotas e reservas de vagas em universidades destinadas às pessoas Trans, **ANTRA** 2022. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/12/17/nota-antra-cotas-universidades-pessoas-Trans/>. Acesso em: 12/12/2024.

ANPED. Contribuições na Audiência Pública Nacional sobre “Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica em curso de Nível Superior”. **Conselho Nacional de Educação** – CNE, Brasília, 23.04.2001.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **ANDIFES**. Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais. Relatório online, 2019.

BENEVIDES, B. Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e Transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, **ANTRA**, **IBTE**, 2022.

BENEVIDES, B. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e Transexuais brasileiras em 2023 / Bruna G. Benevides. **ANTRA** (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, [S.L.], n. 19, p. 20-28, abr. 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782002000100003>

BOSSLE, Fabiano; MOLINA N., Vicente. No “Olho do Furacão”: uma autoetnografia em uma escola da rede municipal de ensino de Porto Alegre. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 31, n. , p. 131-146, set. 2009.

BRASIL. Constituição Federal, de 5 outubro de 1988. Brasília: 1988. (**Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010**) Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Resolução CNE/CP Nº2/2015**. Brasília: MEC, jul, 2015.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. **Resolução CNE/CP Nº2/2019**. Brasília: MEC, dez, 2019.

BUTLER, J. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. 17. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2019.

DAVID, Nivaldo. A Formação de Professores para a Educação Básica: dilemas atuais para a educação física. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 119-133, jan. 2002.

DEVIDE, Fabiano Pries. Estudos de gênero na Educação Física brasileira: entre ameaças e avanços, na direção de uma pedagogia *queer*. In: WENETZ, Ileana; ATHAYDE, Pedro Fernando Avalone; LARA, Larissa. **Gênero e sexualidade no esporte e na educação física**. Natal, RN : EDUFRN, 2020, p. 91-106.

GESTÃO KÁIROS. Diversidade, Representatividade e Percepção: **Censo Multissetorial da Gestão Kairós**. 2022. Disponível em: <https://gestaokairos.com.br/publicacoes/diversidade-representatividade-e-percepcao-censo-multissetorial-da-gestao-kairos-2/>.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: **Ed. 34**, 2001.

HALL, Stuart. Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: **Ed. UFMG**, 2003.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. **Comunicação & Cultura**, Sc, n. 1, p. 21-35, 2006.

LE BRETON, David. A sociologia do corpo. tradução de Sônia M.S. Fuhrmann. 2. ed. **Ed. Vozes**, Petrópolis, RJ. 2007.

LOURO, G. L. Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista. 6. ed. Petrópolis: **Ed. Vozes**, 2003.

MEDEIROS, Bianka Andressa de Oliveira et al. Aspectos sociais e culturais envolvidos no processo de Transição identitária da população Trans. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, [s. l], v. 9, n. 1, p. 146-171, jan. 2023.

MENESES, Cleber Souza; ENNES, Marcelo Alario. Chegadas e partidas da “Diáspora Trans”: processos migratórios e trânsitos de gênero entre mulheres Trans e travestis. **Periodicus**. p. 73-101. Jul, 2023.

MENESES, R. M. de; Mesquita, R. (2023). Trans People and Professional and Technological Education (EPT): narratives and others possibilities. **In SciELO Preprints**. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6633>

NÓVOA, Antônio. Formação de professores e profissão docente, 1992. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/4758>.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Tradução Jones de Freitas. jul. 2007.

PRYOR, Jonathan T. "Na sala de aula: experiências de estudantes Transgêneros em uma grande universidade pública." *Jornal de Desenvolvimento de Estudantes Universitários*. v. 56 n. 5, 2015, pág. 440-455. **Projeto MUSE**, <https://doi.org/10.1353/csd.2015.0044>.

RAMALHO, C. C.; SANTOS, J. V. S.; CARDOSO, F. de S.; PEREIRA, M. G. M. Gênero nos currículos dos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física nas universidades de Minas Gerais. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 34, n. 65, p. 01-20, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/83753>.

REIS N, Pinho R. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Reflexão Ação**. v. 24, n. 1, abr. 2016. APESC - Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul. doi: <http://dx.doi.org/10.17058/rea.v24i1.7045>

SANTANA, Bruno Silva De. Educação física e Transgeneridade: novos olhares e perspectivas sobre diversidades corporais e de gênero. *Anais V ENLAÇANDO*. Campina Grande: **Realize Ed.**, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30534>

SANTOS, D. L. L. dos; SANTOS, T. C. B.; DIAS, A. F. Entre encruzilhadas e trincheiras: uma análise da escrevivência Transmasculina a partir do poema "Trans-parto". **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 18, n. 49. 2022. DOI: 10.22481/praxisedu.v18i49.10896.

SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira; ESTEVAM, Rebeca Anselmo; MARTINS, Thiago de Melo. Pesquisa (AUTO)biográfica. **Ensaios Pedagógicos**. Sorocaba, p. 45-53. jan./abr. 2018.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação)**, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

TODSX. Manual de implementação de ações afirmativas para pessoas Trans na pós-graduação. 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/95806916/Manual_De_A%C3%A7%C3%B5es_Afirmativas_para_Pessoas_Trans_na_P%C3%B3s_gradua%C3%A7%C3%A3o?hb-g-sw=105029369.

VIANA, Carolina Pinto et al. A vivência de estudantes Transgênero na universidade. **Acta Paulista de Enfermagem**, [S.L.], v. 35, p. 1-8, 2022. <http://dx.doi.org/10.37689/acta-ape/2022ao019666>.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BENITES, Larissa Cerignoni et al. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 343-360, maio/ago. 2008

CUNHA, Renata Cristina. A pesquisa narrativa: uma estratégia investigativa sobre o ser professor. GT 2. **V Encontro de Pesquisa em Educação**. Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação. 18 a 20 de março de 2009. Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2009.

LESSA P, Oliveira M. The invisibility of Transsexuals on education: analysis of discourse legal on social name in the school of Brazil. **Cad Gênero Tecnol**. 2013.

MARIANI, Fábio; MATTOS, Magda; CLANDININ, D. Jean; CONNELLY, F. Michael. Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa. **Revista de Educação Pública**, v. 21, n. 47, p. 663-667, 2012.

MARQUES, Valéria; SARTRIANO, Cecília. Narrativa autobiográfica do próprio pesquisador como fonte e ferramenta de pesquisa. **Linhas Críticas**, v. 23, n. 51, p. 369-386, 2017.

NOBREGA, C. Perspectiva Negra na Educação Física. Carolina Cristina dos Santos Nobrega. (org.) 1. ed. São Paulo: **Ed. Casa Flutuante**, 2023.

SABINO, Vinícius Cardoso, & CABELLO, Janaina. O Percurso Formativo no Ensino Superior de um tradutor/intérprete de Libras com Deficiência: autobiografia como uma abordagem de investigação. **Perspectivas em Diálogo**, Naviraí, v. 09, n. 20, p. 322-338, maio/ago. 2022.

SIMÕES, Ceane Andrade. Narradoras e narradores são poetas de si, compositoras e compositores de suas existências. In: REIS, Graça. et. al. (orgs). Narrativas na/da pandemia. **Ayvu Editora**. Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA Junior, M. B. M. de; MELO, M. T. de; SANTIAGO, M. E. A análise de conteúdo como forma de tratamento dos dados numa pesquisa qualitativa em educação física escolar. **Movimento**. Porto Alegre, v. 16, n. 03, p. 31-49, julho/setembro de 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/11546>.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Org.) Autobiografias, história de vida e formação: pesquisa e ensino. **EDUNEB –EDIPUCRS**. Salvador. 2006.